

## DIVERSIDADE SEXUAL EM LINGUAGENS CONTROLADAS

### SEXUAL DIVERSITY IN CONTROLLED LANGUAGES

Leonardo Borges Rodrigues Chagas<sup>1</sup>

Lorena Tavares de Paula<sup>2</sup>

**Resumo:** Trata-se de um estudo qualitativo que aborda a representação temática do grupo social composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações, identidades e expressões que escapam ao padrão hegemônico de gênero e sexualidade. O objetivo dessa pesquisa é problematizar a maneira como essas identidades têm sido representadas nas linguagens documentárias. Buscou-se na literatura termos e conceitos para contrastar com as linguagens documentárias disponíveis em catálogos on-line de bibliotecas universitárias. Selecionaram-se cinco bibliotecas universitárias representando as cinco regiões do Brasil. Constatou-se que a terminologia relacionada à diversidade sexual e de gênero não está devidamente representada nos catálogos de autoridade de assunto das bibliotecas universitárias. Além da baixa representatividade, ainda é recorrente a utilização de léxicos com o sufixo “ismo” para representar identidades sexuais e de gênero. A utilização desses léxicos tem sido problematizada por militantes e pesquisadores que reconhecem as disputas de significados na utilização dos termos. Considera-se que as perspectivas de gênero e sexualidade precisam ser incorporadas nas práticas de representação da informação e do conhecimento para que a diversidade se materialize nos catálogos on-line de bibliotecas e de outras unidades de informação.

**Palavras-Chave:** Linguagens documentárias. Cabeçalhos de assunto. Diversidade sexual.

**Abstract:** *This is a qualitative study that addresses the thematic representation of the social group composed of lesbians, gays, bisexuals, transvestites, transsexuals, transgenders, queer, intersex, asexuals and other orientations, identities and expressions that escape the hegemonic standards of gender and sexuality. The objective of this research is to problematize the way these identities have been represented in documentary languages. Terms and concepts were searched in the literature to contrast with documentary languages available in online catalogs of university libraries. Five university libraries were selected representing the five regions of Brazil. It was found that terminology related to sexual and gender diversity is not properly represented in the subject authority catalogs of university libraries. In addition to the low representation, the use of lexicons with the suffix “ism” to represent sexual and gender identities is still recurrent. The use of these lexicons has been problematized by activists and researchers who recognize the disputes of meanings in the use of terms. It is considered that gender and sexuality perspectives need to be*

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG). Bibliotecário Documentalista da UFMG. Email: [leonardoborges@ufmg.br](mailto:leonardoborges@ufmg.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8166-5837>.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG). Docente da UFMG. Email: [lorena.ltp@gmail.com](mailto:lorena.ltp@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1286-5648>.

*incorporated into information and knowledge representation practices so that diversity is materialized in the online catalogs of libraries and other information units.*

**Keywords:** Documentary languages. Subject heading. Sexual diversity.

## 1 INTRODUÇÃO

A temática LGBTQIA+ (temas que se refere ao grupo social composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações, identidades e expressões que escapam aos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade) tem sido pesquisada e publicada em grandes áreas do conhecimento. Em análise realizada por Simões Neto *et al.* (2011), observa-se que há produção sobre temas relativos à diversidade sexual em todas as áreas do conhecimento: Ciências Humanas (45%), Ciências Sociais Aplicadas (19%), Ciências da Saúde (16%) e Linguística, Letras e Artes (13%).

Na área de Ciência da Informação, a produção científica com abordagens LGBTQIA+ ainda é incipiente conforme se observa em Santos, Targino e Freire (2017). Em levantamento bibliográfico realizado na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), os autores constataram pouca representatividade dessa temática na literatura brasileira da área. Contudo, nos últimos anos já se percebe uma preocupação relacionada à representação temática de grupos minorizados.

Pinho (2010) e posteriormente Pinho e Guimarães (2011) analisaram a precisão de alguns instrumentos e constaram que as linguagens analisadas “[...] não são suficientemente precisas em relação à representação da temática da homossexualidade masculina [...]” (Pinho; Guimarães, 2011, p. 367).

Bissoli *et al.* (2018) discorrem sobre a necessidade de estudos especializados de análise terminológica para a temática LGBTI+ com a finalidade de realizar controle terminológico e evitar a dispersão do conhecimento registrado com estas temáticas.

Moura (2018, p. 119) observa que na atualidade há questionamentos sobre os limites dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) que, “[...] tenderiam a organizar o conhecimento baseado em operadores ontológicos totalitários [...] tornando rarefeita a presença de temáticas, representações e subjetividades”.

Martines, Lima e Almeida (2021) analisaram a linguagem no processo de representação de grupos marginalizados, aos quais incluíram mulheres, negros, indígenas, ciganos e pessoas LGBTIA+. Os autores enfatizam que esses grupos foram representados dentro de uma ótica eurocêntrica, cristã, branca e heterossexista, e pondera que os grupos dominados ou marginalizados têm o direito de se auto representar observando os procedimentos científicos e metodológicos.

No contexto da temática LGBTQIA+ existem termos considerados inadequados que reforçam ofensas, preconceitos e discriminações e termos considerados representativos que refletem identidades, subjetividades e diversidade. Exemplos de termos inadequados são os itens lexicais “Travestismo”, “Lesbianismo”, “Homossexualismo”, entre outros termos com potencial avaliativo negativo que devido ao sufixo “ismo”, bem como ao contexto de surgimento e utilização, denota doença, anormalidade e distúrbio. Os termos adequados são “Travestilidade”, “Lesbianidade”, “Homossexualidade”, dentre outros que carregam o sufixo “dade”, pois acionam um potencial avaliativo positivo, indicando modo de ser e se referindo à vivências, prática, desejo, orientação sexual e/ou identidade e expressão de gênero.

Contudo, pesquisas em catálogos de bibliotecas universitárias, por exemplo, é recorrente encontrar termos LGBTQIA+ que carregam o sufixo “ismo” em sua composição, o que demonstraria certa inadequação das linguagens documentárias para tratar desses conteúdos. Além disso, os termos encontrados nessas linguagens não contemplam a diversidade terminológica do domínio LGBTQIA+.

Considerando o exposto e tendo em vista que há uma disputa de significados na utilização de termos LGBTQIA+, a presente pesquisa objetiva problematizar de que maneira as identidades LGBTQIA+ têm sido representadas nas linguagens documentárias.

## 2 MOVIMENTO LGBTQIA+ E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

O movimento LGBTQIA+ brasileiro, anteriormente intitulado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), se caracteriza enquanto um espaço de atuação coletiva em defesa da diversidade de orientações sexuais, identidades e expressões de gênero que não corresponde aos padrões sociais constituídos pela heteronormatividade<sup>3</sup>.

Siglas como MHB, MGL, GLT, GLTT, GLTTT, GLBT, LGBT, LGBTI+, LGBTIA+ LGBTQIA+, dentre outras siglas características, são vocábulos construídos nos contextos de surgimento e desdobramentos do movimento homossexual brasileiro (Ferrari, 2004; Facchini, 2009; Torres, 2013; Torres; Prado, 2014; Bortoletto, 2019).

Neste artigo, optou-se pelo emprego da sigla LGBTQIA+ por considerar que o vocábulo contempla as diversidades de orientações sexuais e identidades/expressões de gênero e por ser a sigla mais utilizada na atualidade para se referir ao grupo social composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transsexuais/transgeneros, *queer*, intersexuais, assexuais e demais orientações e identidades/expressões de gênero.

A variabilidade da sigla marca os posicionamentos dos sujeitos em busca dos seus direitos, das suas subjetividades e da cidadania plena. São pessoas diversas, historicamente marginalizadas e subalternizadas que encontraram nos movimentos

---

<sup>3</sup>Construção ideológica que fundamenta a pressuposição de que todos são ou deveriam ser heterossexuais. Imposição social que traz um “[...] conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle [...] é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade” (Miskolci, 2009, p. 156).

organizados formas de resistência contra as opressões e busca de direitos. Ademais, Torres (2013) observa que a variedade das práticas sexuais, bem como as formas de expressão da sexualidade são construções sociais e históricas, e que por isso, a diversidade sexual precisa ser entendida como uma noção em expansão.

Facchini (2003, p. 84) concebe o movimento LGBTQIA+ enquanto “[...] conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos [...]” e divide a trajetória desse movimento em três ondas consecutivas.

A primeira onda (1978-1983) compreende o surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e foi marcada pelo fim da ditadura militar. Nesse primeiro momento, surge o grupo Somos em São Paulo, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o jornal Lampião da Esquina no Rio de Janeiro. Nessa fase, havia um forte senso de irmandade e solidariedade, o que “[...] fazia com que o grupo fosse visto como uma ‘comunidade de iguais’, ou seja, pessoas que compartilhavam uma mesma ‘condição’ e necessidades. Nesse sentido, qualquer diferença entre os integrantes não deveria ser ressaltada” (Facchini, 2011, p. 13).

A Segunda onda (1984-1992) é marcada pelos contextos da redemocratização, pela constituinte de 1988 e pela eclosão da epidemia de HIV/AIDS. Nesse momento, grupos se formalizam e se aproximam do Estado na busca por direitos e por respostas contra a epidemia do HIV e contra a discriminação pela orientação sexual. É nesse período que ocorre o processo de despatologização das homossexualidades com forte atuação do Grupo Gay da Bahia (Facchini, 2011).

A Terceira onda (1992 em diante) se caracteriza pela expansão e proliferação de grupos e ONGs em todo território nacional. A partir desse momento, surgem variados formatos dentro do movimento e outras identidades ganham destaque como travestis, transexuais, lésbicas e bissexuais. Surgem redes nacionais de atuação,

tais como: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), entre outras. Também surgem as paradas do orgulho LGBTQIA+ fazendo com que as pautas do movimento ganhassem maior destaque na mídia e na sociedade de um modo geral. Desse período em diante, as demandas do movimento se institucionalizam através de políticas públicas e legislações na esfera municipal, estadual e federal.

As práticas sociodiscursivas do movimento LGBTQIA+, somada aos avanços teóricos e às correntes políticas progressistas, operaram mudanças sociais e discursivas significativas nas últimas décadas, tais como: visibilidade e representatividade nos espaços públicos; despatologização das homossexualidades (década de 1970 e 1980); aprovações de leis estaduais impondo penalidades a pessoas jurídicas que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual (década de 1990); instituição de políticas públicas como o 'Brasil sem homofobia' (2004); reconhecimento da união estável pelo Supremo Tribunal Federal (2011); garantia do casamento civil normatizado pelo Conselho Nacional de Justiça (2013); direito de adoção por casais homoafetivos (2015); garantia da retificação do registro civil das pessoas transgênero pelo Conselho Nacional de Justiça (2018); criminalização da homofobia e da transfobia (homotransfobia) pelo Supremo Tribunal Federal (2019), dentre outras conquistas características.

Nesse sentido, a terminologia contemporânea sobre a população LGBTQIA+ merece ser problematizada à luz das linguagens documentárias, pois a maneira com que essa temática tem sido representada nas LD podem indicar posicionamentos ideológicos em relação às identidades LGBTQIA+.

### 3 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

Linguagens documentárias (LD) são construções artificiais criadas no contexto das práticas de representação e recuperação de conteúdos documentais em Sistemas de Recuperação de Informação (SRI). Há várias denominações para LD (linguagens artificiais, vocabulário controlado, linguagens de indexação, linguagem de informação etc.) e todas se referem a instrumentos específicos de representação temática da informação, cujo objetivo é traduzir conceitos representativos de documentos inseridos em um determinado Sistema de Recuperação da Informação (SRI) para fins de armazenamento e recuperação desses documentos pelos usuários do Sistema (Barité, 2015; Kobashi, 1996; Fujita *et al.*, 2019).

Nesse sentido, são instrumentos eficientes de comunicação entre o usuário e o sistema, pois “[...] atende, simultaneamente, aos objetivos e necessidades de seus usuários, da instituição que produz e organiza o conhecimento, das atividades, etc.” (Vogel, 2009, p. 89).

As LD possuem três funções principais, a saber: função de organização do campo conceitual da representação documentária, função de instrumento para agrupamento e distribuição dos documentos e função de controle das dispersões léxicas, sintáticas e simbólicas no processo de análise documentária. O controle de vocabulário é um dos principais objetivos dessas linguagens, pois visa padronização dos termos, eliminação de ambiguidades, controle de sinonímia e normalização das variações de gênero e número (Dodebei, 2002; Fujita; Piovezan; Santos, 2017; Fujita *et al.*, 2019).

Fujita *et al.* (2019) destacam as funções de conteúdo, uso e a função de mediação. As autoras observam que para haver uniformização dos discursos, tanto do autor quanto do usuário, é necessária a intermediação por meio dessas linguagens de modo a compatibilizar as ocorrências linguísticas. Neste sentido, o uso de uma

linguagem de indexação adequada e atualizada é essencial para a representação, armazenamento e recuperação da informação nos Sistemas de Recuperação da Informação.

Esses instrumentos são sistemas simbólicos de signos normalizados instituídos para traduzir os conteúdos informacionais dos documentos (controle terminológico), o que facilita a comunicação entre a linguagem natural dos usuários e a unidade de informação (Tristão; Fachin; Alarcon, 2004; Vargas; Lann, 2011).

Os principais instrumentos utilizados nas práticas dos SRI são os Cabeçalhos de Assunto (tradicionalmente utilizados em bibliotecas de acervos mais gerais), os Tesouros (geralmente utilizados em bibliotecas mais especializadas) e os Sistemas de Classificação Bibliográfica (CDD, CDU etc.). No contexto desta pesquisa tratar-se-á dos Cabeçalhos de Assunto estruturados nos Catálogos de Autoridade de Assunto de bibliotecas universitárias.

## **4 METODOLOGIA**

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica/documental de abordagem qualitativa. Dessa forma, selecionaram-se 14 termos, que versam sobre a temática LGBTQIA+, extraídos do Manual de Comunicação LGBTI+<sup>4</sup> para contrastar com os termos tópicos encontrados em Catálogos de Autoridade de Assunto de cinco bibliotecas universitária correspondente às cinco Instituições de Ensino Superior (IES) distribuídas nas cinco regiões do país: Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

---

<sup>4</sup> Documento colaborativo publicado pela rede GayLatino e Aliança Nacional LGBTI+. O Manual encontra-se em sua 3ª edição (Reis, 2021) e faz parte de uma série de publicações que integram a Enciclopédia LGBTI+ e apresenta termos descritivos e prescritivos com o objetivo de combater preconceitos e estigmas que operam através do uso da linguagem.

A busca nos Catálogos de Autoridade de Assunto, bem como a seleção dos termos no Manual de Comunicação LGBTI+ foram realizadas no período de 09 de maio a 13 de maio de 2022.

A escolha do Manual de Comunicação LGBTI+ se deu pelo fato de ser uma obra colaborativa em constante atualização e por refletir os princípios de garantias (literária, cultural e semântica), pois trabalha a questão terminológica de uma comunidade discursiva LGBTQIA+ observando a literatura de domínio e os aspectos culturais e semânticos envolvidos na utilização dos termos.

Os termos selecionados foram comparados quanto à utilização ou não dos sufixos "ismo" e/ou "dade", considerando que a utilização desses sufixos contribui para a construção da significação dos termos envolvidos.

## 5 RESULTADOS

Considerando o *corpus* selecionada do Manual de Comunicação LGBTI+ (2021), os resultados mostraram pouca representatividade de termos LGBTQIA+ que carregam o sufixo "dade" nos catálogos de autoridade de assunto das bibliotecas universitárias. Conforme o quadro abaixo, dos 14 termos pesquisados, apenas 6 foram identificados nesses catálogos.

O único termo identificado em todos os catálogos foi "Homossexualidade"; já os termos "Ageneridade", "Assexualidade", "Cisgeneridade", "Homoafetividade", "Homotransparentalidade", "Pansexualidade", "Transgeneridade" e "Travestilidade" não constam em nenhum dos catálogos pesquisados, o que demonstra que a temática LGBTQIA+ não está devidamente estruturada nessas ferramentas.

**Quadro 1: Termos com o sufixo “dade” em Catálogos Online**

Termos LGBTQIA+	UFPA	UFBA	UNB	UFMG	UFSC
Ageneridade					
Assexualidade					
Bissexualidade		x	x	x	x
Cisgeneridade					
Homoafetividade					
Homoparentalidade				x	
Homossexualidade	x	x	x	x	x
Homotransparentalidade					
Intersexualidade		x	x	x	x
Lesbianidade	x	x	x		x
Pansexualidade					
Transexualidade		x	x	x	
Transgeneridade					
Travestilidade					

**Fonte:** elaborado pelos(as) autores(as).

Entretanto, termos que carregam o sufixo “ismo”, como “Travestismo”, “Transexualismo”, “Hermafroditismo” e “Lesbianismo” ainda figuram como formas autorizadas nesses catálogos conforme se observa no quadro abaixo.

**Quadro 2: Termos com o sufixo “ismo” em Catálogos online**

Termos LGBTQIA+	UFPA	UFBA	UNB	UFMG	UFSC
Hermafroditismo	x		x	x	x
Lesbianismo		x		x	
Transexualismo	x	x		x	
Travestismo		x	x	x	

**Fonte:** elaborado pelos(as) autores(as).

A questão do sufixo “ismo” para caracterizar identidades LGBTQIA+ tem sido problematizada pela comunidade LGBTQIA+ desde a década de 1970 com a despatologização das homossexualidades. A utilização do sufixo “ismo” nesse contexto reflete posicionamentos ideológicos que historicamente classificaram as identidades LGBTQIA+ no rol das psicopatologias.

Alguns catálogos como o da UFMG, por exemplo, trazem esses posicionamentos de forma explícita ao relacionar respectivamente os termos

“Travestismo” e “Hermafroditismo” com os termos “Perversão sexual” e “Distúrbios sexuais”, reforçando os discursos e pressupostos das classificações patológica de pessoas LGBTQIA+.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o movimento LGBTQIA+ enquanto uma prática sociodiscursiva operou diversas transformações sociais, jurídicas, políticas e epistemológicas. Desde o seu nascedouro, o movimento trabalhou pela legitimidade de identidades, pelo respeito às subjetividades e pela valorização da diversidade sexual, o que imprimiu mudanças sociais e discursivas significativas com diferentes implicações na vida social. Uma dessas implicações se dá no campo discursivo das representações identitárias construídas pelo movimento para contestar as classificações patológicas advindas dos pressupostos hegemônicos de gênero e sexualidade.

As escolhas lexicais para representar conteúdos temáticos de grupos minorizados em geral devem levar em consideração as disputas de significados, pois a maneira como as pessoas são representadas nas linguagens pode indicar posicionamentos ideológicos em relação a elas. Há uma disputa ideológica de significados e representações que é muito cara para as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, dentre outras que não se conformam ao padrão social da heteronormatividade.

Mais do que problematizar a semântica dos termos LGBTQIA+, é preciso que as práticas de organização e representação da informação e do conhecimento incorporem as perspectivas de gênero e sexualidade para que as representações de LGBTQIA+ se materializam nos catálogos on-line de bibliotecas e de outras unidades de informação.

## REFERÊNCIAS

- BARITÉ, Mario. **Diccionario de Organización del Conocimiento**: clasificación, indización, terminología. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/327288002\\_Diccionario\\_de\\_organizacion\\_del\\_conocimiento\\_Clasificacion\\_Indizacion\\_Terminologia](https://www.researchgate.net/publication/327288002_Diccionario_de_organizacion_del_conocimiento_Clasificacion_Indizacion_Terminologia). Acesso em: 18 nov. 2021.
- BISSOLI, Bruna da Silva; COVELLO, Lucas Gatto; PISSELI, Bianca Iris; SANTOS, Raphael Augusto dos. Identidade de gênero e diversidade sexual: proposta de elaboração de microtesauro. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16909>. Acesso em: 20 set. 2021.
- BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Produção Cultural) - Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: [https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme\\_engelman\\_bortoletto.pdf](https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf). Acesso em: 13 nov. 2021.
- DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.
- FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**: estudos gays, gêneros e sexualidades, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 131-158, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>. Acesso em: 13 nov. 2021.
- FACCHINI, Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil. *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). **Psicologia e diversidade sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. p. 10-19. (Cadernos Temáticos, 11). Disponível em: <https://www.crpssp.org/impreso/view/53>. Acesso em: 9 dez. 2021.
- FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18-19, p. 82-125, 2003. Disponível em: [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf). Acesso em: 5 nov. 2021.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 105-115, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CXtdJcMJFG9RmNXJrDyPBcN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; CRUZ, Maria Carolina Andrade e; PATRÍCIO, Bruna Otreira Muniz; RIO BRANCO, Luciana Beatriz Piovezan. Linguagens de indexação em bibliotecas universitárias: estudo analítico. **Informação & informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 190-225, 2019. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31771/pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; PIOVEZAN, Luciana Beatriz; SANTOS, Natany Souza. A função do registro de autoridade de assunto na construção e uso de linguagens de indexação para catálogos online. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA, 13.; CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL, 3., 2017, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. p. 577-586. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6580737>. Acesso em: 23 dez. 2021.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, 1996. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40976>. Acesso em: 3 ago. 2021.

MARTINES, Alexandre Robson; LIMA, Graziela dos Santos; ALMEIDA, Carlos Cândido de. A linguagem e a linguagem documentária no processo de representação do conhecimento de grupos marginalizados: reflexões teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 512-549, 2021. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/158384>. Acesso em: 1 maio 2022.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpnrcrJvdn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2022.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 118-135, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4472>. Acesso em: 11 out. 2021.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103379>. Acesso em: 5 set. 2021.

PINHO, Fábio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. p. 352-370. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/175065>. Acesso em: 22 mar. 2023.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI: GayLatino, 2018.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na ciência da informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 114-135, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72666>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SIMÕES NETO, José Pedro; ZUCCO, Luciana; MACHADO, Maria das Dores; PICCOLO, Fernanda. A produção acadêmica sobre diversidade sexual. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 65-81, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2934>. Acesso em: 5 nov. 2020.


TORRES, Marco Antônio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2013. (Série Cadernos da Diversidade). *E-book*.

TORRES, Marco Antônio; PRADO, Marco Aurélio. Professoras Transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e outsiders. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 201-220, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dbgdxx9V7QvJDKv3DXk84Kp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2021.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/kwqV8zpzRMbXJQH7HsTmjys/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2021.

VARGAS, Dóris Fraga; LANN, Regina Helena Van Der. A contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias como os tesouros. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 21-34, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22770>. Acesso em: 9 ago. 2021.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. A influência da Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. esp., p. 80-92, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101815>. Acesso em: 23 ago. 2021.

**Copyright:** Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



 [tpbci@ancib.org](mailto:tpbci@ancib.org)

 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)

 [@ancib\\_brasil](https://twitter.com/ancib_brasil)